

Artigos Originais

VOZES DE INTELLECTUAIS DA EDUCAÇÃO EM OPOSIÇÃO À CRIAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL PAULISTANO (1956)

Original Articles

VOICES OF EDUCATION INTELLECTUALS IN OPPOSITION TO THE CREATION OF MUNICIPAL EDUCATION IN SÃO PAULO (1956)

Samir Ahmad dos Santos Mustapha*

mustapha.samir@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2421317300647433>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217
- está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)    

RESUMO

O artigo apresenta a criação do ensino primário municipal paulistano, em 1956, e as vozes de intelectuais da educação que, utilizando elementos técnicos, desenvolveram um posicionamento político contrário a nova oferta de ensino na cidade de São Paulo. Neste momento histórico, o ensino municipal iria polarizar com as escolas estaduais, tendo parte da imprensa, em especial o jornal *O Estado de S. Paulo*, e núcleos intelectuais se posicionado contrários a municipalização proposta então pelo prefeito Wladimir de Toledo Piza. Evidencia-se que as estratégias e discursos na publicação objetivariam desenvolver uma oposição partidária aos chefes do executivo municipais que buscariam empreender a nova modalidade de ensino, tornando parcial o tipo de jornalismo praticado sobre a municipalização. Educadores renomados como Antonio de Almeida Júnior e Carlos Correa Mascaro foram importantes vozes de oposição em seus livros publicados no período de criação do ensino municipal na cidade de São Paulo. A análise retrata os argumentos dos autores e o contexto histórico apontado no posicionamento. Mascaro (1960), em especial, seria a partir da publicação de suas obras sobre o tema, utilizado como referencial para a História do Ensino Municipal Paulistano. Ponderamos

* Professor de Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo. Formado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010). Mestre pelo programa Educação: História, Política, Sociedade na Pontifícia Universidade Católica - SP (2014). Doutor pelo programa Educação: História, Política, Sociedade na Pontifícia Universidade Católica-SP (2019), na linha de pesquisa: Educação Brasileira: Produção, Circulação e Apropriação Cultural. Participa como pesquisador do Grupo de Pesquisa: História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira e do Projeto de pesquisa coletivo: História das Instituições Educacionais: intelectuais, políticas e práticas. Tem experiência na área de Educação, com pesquisa com ênfase em História da Educação. Atualmente trabalha no Núcleo Técnico de Currículo, da Coordenadoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME).

que o autor era um sujeito atuante na causa, tendo uma visão que o próprio revisaria anos depois.

Palavras-chave: municipalização do ensino. ensino primário. história da educação paulistana

ABSTRACT

The article presents the creation of São Paulo municipal primary schooling in 1956, and the voices of education intellectuals who, using technical elements, developed a political position contrary to the new teaching proposal in the city of São Paulo. At this historic moment, municipal education would polarize with state schools, with part of the press, especially the newspaper *O Estado de S. Paulo*, and intellectual groups opposing the municipalization proposed by Mayor Wladimir de Toledo Piza. It emphasizes that the strategies and discourses in the publication aimed to develop a partisan opposition to the municipal executive leaders that would seek to undertake the new modality of education, making partial the type of journalism practiced on the municipalization. Renowned educators such as Antonio de Almeida Júnior and Carlos Correa Mascaro were important voices of opposition in their books published during the creation of municipal education in the city of São Paulo. The analysis portrays the authors' arguments and the historical context approached in their positioning. Mascaro (1960), in particular, it would be based on the publication of his works on the topic, used as a reference for the *History of Municipal Education in São Paulo*. We have considered the author as an active subject in the cause, having a vision that he himself would review years later.

Keywords: municipalization of education. primary education. History of education in São Paulo

INTRODUÇÃO

Em 1956, ano da criação das primeiras escolas de ensino municipal na capital paulista, teve importante debate na opinião pública sobre a municipalização, com importantes vozes na imprensa e meio acadêmico se posicionando sobre tal fato. Estas vozes nutriram a polarização criada, tendo os opositores da medida grande espaço em jornais que também se posicionavam contra o feito, em especial o principal matutino à época, *O Estado de S. Paulo* (OESP). Ressaltaremos neste artigo dois importantes nomes de oposição ao ensino municipal paulistano – Carlos Correa Mascaro e Almeida Júnior, nomes de grande notoriedade na educação à época.

A pesquisa de Mustapha (2019) detectou que estudos sobre a municipalização, que geraria grande impacto e confronto político, pouco

abordaram a participação da imprensa que trataria do fato e traria à tona os conflitos de interesses no tema. Uma das justificativas se deve ao fato que o trabalho de Mascaro (1960) delimitaria um posicionamento considerado consensual sobre o tema, polarizando os acontecimentos e os equívocos da ação política que geraria o ensino municipal e caracterizando o posicionamento dos principais jornais sobre a municipalização.

Porém, Mascaro era também uma voz política no tema, tendo um posicionamento prévio, alimentado por rigoroso trabalho acadêmico sobre administração escolar e uso dos recursos financeiros. A seguir apresentaremos uma análise da produção de Carlos Correa Mascaro sobre a descentralização do ensino e o surgimento da rede municipal paulista.

1 CARLOS CORREA MASCARO, VOZ TÉCNICA E POLÍTICA NO TEMA DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

A obra “O município de São Paulo e o Ensino Primário (Ensaio de Administração Escolar)”, fruto de monografia para Docência Livre na Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), em 1957, e publicada em livro em 1960, traz um balanço histórico do surgimento do Ensino Municipal. O autor analisa os recursos financeiros e a forma de aplicação administrativa defendendo que a empreitada municipalista estaria sendo pouco compensatória. O trabalho era uma continuidade de suas pesquisas, que resultaram também nas obras “Município e Ensino no Estado de São Paulo”, em 1958, tratando do caso da municipalização em outras cidades de São Paulo e o livro “Governo Estadual, orçamento e ensino”, em 1959.

O autor defenderia a racionalização das despesas públicas e critica que a falta de planejamento seria prejudicial à educação em uma possível descentralização do ensino. Para Mascaro, caberia previamente às administrações municipais conhecerem a realidade social e identificarem os problemas que levariam ao melhor investimento dos recursos. Apresentando dados de diferentes locais, demonstra a falta de clareza no uso das verbas, que

levariam a algumas cidades a utilizarem o orçamento em áreas poucos afins aos assuntos pedagógicos. Assim, Carlos Correa Mascaro (1958a, p. 127) afirmaria ser prematura a iniciativa de municipalização:

De nossa parte, parece que mais argumentos encontramos para dizer que será ainda prematura qualquer transferência de responsabilidades de administração escolar aos municípios, antes que se tenha firmado entre as autoridades municipais a consciência esclarecida da importância e do papel da educação em geral, e da escola em particular, em nosso país. Antes que tenham sido aceitos e solidamente firmados alvos preferenciais numa escala nacional de prioridades que permita a execução de um plano nacional racional de educação.

O livro, ao qual dedicou um estudo minucioso do caso da capital, tem sido referência nos trabalhos que analisam o surgimento do ensino municipal paulistano. Na obra, o autor expõe o tema da municipalização precedida de uma introdução histórica, contextualizando o momento político-administrativo e tecendo críticas em torno dos fatos, à luz da Administração Escolar.

Uma das principais fontes para o estudo de Mascaro foram os jornais da capital, que, segundo o autor, atuaram de forma efervescente no assunto, noticiando e comentando as questões da municipalidade e da estruturação da rede escolar instalada. O tema teria despertado um “[...] desusado interesse da imprensa, suscitando, mesmo, debates apaixonados e polêmicos, registrados dia a dia, nos mais conceituados matutinos e vespertinos de São Paulo.” (MASCARO, 1960, p. 11). E, ainda sobre a participação da imprensa, diria que:

O agasalho concedido pela imprensa aos movimentos em torno de problemas escolares envolveu de certo modo e explicitou, pelo menos em parte, a opinião pública e a de profissionais do ensino, já que muitos jornalistas, que vêm debatendo pelos jornais tais problemas, provêm dos grupos militantes do magistério, titulares de cargos docentes ou de postos na administração do sistema escolar paulista. (MASCARO, 1960, p. 11).

Quanto à análise, alegaria estar fazendo um parecer distanciado, diferentemente das posições tomadas pelos grandes jornais da capital e seus interlocutores, militantes na causa educacional¹:

¹ Entre os educadores que se posicionaram com destaque no tema, tinha, por exemplo, Anísio Teixeira, defensor da municipalização. Além disso, no caso em São Paulo, Mário Pinto Serva

Empenhamo-nos em colher sobre os assuntos tratados, de época mais recente, sem qualquer preferência por esta ou aquela posição, distanciando-nos da menor eiva de parcialidade, as notícias e comentários, as entrevistas, reportagens e editoriais estampados nos maiores jornais de São Paulo. Buscamos ouvir as mais autorizadas pessoas, capazes de nos dar valiosa contribuição para a abordagem dos vários aspectos do problema em foco, como participantes indiretos nos eventos, ou responsáveis diretos pelos acontecimentos. Na esperança de havê-lo conseguido e na expectativa de que nossos esforços possam ser úteis ao estudo e às práticas de Administração Escolar em nosso País foi que nos animamos a escrever o presente relatório pessoal em torno de um assunto a que se não pode negar importância no concerto dos problemas atuais de interesse público nesta Capital e neste Estado. (MASCARO, 1960, p. 11).

A disputa gerada em torno da criação de escolas, a partir de 1956, seria, segundo Mascaro (1960, p. 11), um caso novo, “[...] fora do quadro e da influência das tradições herdadas, fenômeno perfeitamente localizado no tempo e no espaço”, que seria fruto de um interesse político das autoridades municipais pelas questões de ensino, que agiriam por conveniência e para garantir o empreguismo eleitoreiro para correligionários. O autor criticaria o discurso da municipalização construído na opinião pública como forma de solução dos problemas nacionais, sendo que, historicamente, a municipalidade tinha desinteresse pelo ensino devido à cultura política de mandonismo local, tornando a medida pouco eficaz.

Na obra, Mascaro rememora a surpresa que teria sido a decisão das autoridades municipais visando à instalação de seu próprio sistema de ensino, sem racional planejamento e preparo prévio.

Os escritos foram desenvolvidos antes da oficialização em legislação do sistema municipal, que seria em 1959. O autor traçaria uma tradição histórica de retraimento por parte dos poderes municipais de assumirem a função pública dos problemas locais, ancorados na presunção de que o Estado poderia empreender as questões do ensino.

A não ser na manutenção da Biblioteca, do Teatro Municipal e do Parque Infantil do Parque Pedro II, que marcavam a contribuição do município à obra de educação popular, nada mais havia. Nenhuma escola era mantida pelos cofres da comunidade, e nenhuma iniciativa era esperada de ação municipal nesse setor de interesse da comunidade. Algumas escolas, frutos de iniciativa privada

e Elisiário Rodrigues da Silva, defendiam a atuação do município. Já Antonio Ferreira de Almeida Júnior era contrário ao projeto. O primeiro autor a defender o tema com grande destaque seria o jurista João de Deus Cardoso de Melo (1952), que publicaria o artigo “Municipalização do ensino primário”, um relatório que apresentara ao então ao governador Lucas Nogueira Garcez e que se tornara público nas páginas da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

recebiam auxílio pecuniário da municipalidade. Era só. Tudo quanto, na Capital, se realizava nos domínios do ensino público primário era obra do Estado. No interior, ao contrário, por paradoxal que possa aparecer, de longa data, muitas municipalidades vinham mantendo escolas primárias na zona urbana ou rural, como complemento do sistema estadual. Além de escolas primárias, havia as que mantinham estabelecimentos de ensino secundário, normal, industrial ou comercial. O município da Capital, porém, conservava-se alheio a iniciativa dessa índole. (MASCARO, 1960, p. 59).

Sua tese dialogava com as produções da época que criticavam a cultura do mandonismo no sistema político² e que, para ele, afetaria a questão do ensino na década de 1950 e a tendência do discurso de autonomia local, que começaria a ter corpo a partir de 1952, ano que retomariam as eleições para prefeito dos municípios.

Mascaro defenderia que a forma de consolidação do sistema de escolas primárias na Capital, dentro de um cenário de crescimento acelerado, constituiria um peso excessivo para os cofres locais. Além disso, a tradição histórica de repasse de verbas para o Estado tornara o poder municipal desincumbido de competências fixas para um plano objetivo e organizado de expansão do ensino.

Para discorrer sua opinião, Mascaro apresentaria os fatos históricos até o surgimento da nova modalidade de oferta de ensino. Para tanto, retomaria as ações da Prefeitura em Educação, como o surgimento dos Parques Infantis, pelo Departamento Municipal de Cultura, e também o 1º Convênio, firmado em 14 de setembro de 1943, com pouca efetivação. Em 1949 seria assinado o 2º Convênio, este tendo ações planejadas e coordenadas por uma equipe constantemente elogiada pelo autor, e que teria à frente o Engenheiro José Amadei, figura que interviria no plano e que teria caracterizado um projeto estético e arquitetônico nas obras em parceria com o poder estadual.

Porém, o autor explicaria que o 2º Convênio³ não atingiria os resultados almejados, pois os interesses do governo eram mais imediatistas que as

² Em especial as obras “O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira”, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), e “Coronelismo, enxada e voto”, de Victor Nunes Leal (1948).

³ Os trabalhos de Abreu (2005) e Caldeira (2005) dedicaram-se ao estudo das ações e resultados arquitetônicos dos Convênios. Além disso, a revista Habitat (1950-1965), organizada por nomes da arquitetura nacional, traria o debate das construções escolares e os modelos de escola projetados pelo Convênio Escolar.

possibilidades do plano traçado pela Comissão⁴:

O crescimento populacional da Capital, por outro lado, assumia aspectos de tal modo imprevistos, que as autoridades se viam na contingência de abandonar estudos mais detidos para só cuidar da multiplicação de construções para instalação de novas escolas, inclusive junto a entidades particulares, aproveitando salas e outras dependências disponíveis para nela fazer funcionarem classes primárias de ensino gratuito, com professores nomeados e pagos pelos cofres estaduais. E ainda assim a situação continuava a afligir as autoridades competentes, longe o mal de ser completamente debelado. A cada início do ano letivo, repetia-se o confrangedor espetáculo da grita à frente das escolas, onde se postavam crianças e pais, diante de tabuletas afixadas com os clássicos e desanimadores dizeres: “NÃO HÁ VAGAS”. (MASCARO, 1960, p. 85).

O problema que a Comissão precisava enfrentar ganharia o coro da imprensa paulistana, que, ao longo da década, encontraria, segundo o autor “[...] no fenômeno periódico da falta de vagas nas escolas primárias um alimento para manchetes as mais vibrantes e objetivas acerca da lamentável carência escolar.” (MASCARO, 1960, p. 87). Dentro da pressão da falta de vagas, a contribuição do município ganharia, então, maior importância e vulto, gerando a política da construção de galpões escolares com verba destinada à construção de prédios. Além disso, vozes no legislativo acusariam a existência de recursos não aplicados por deficiências da Comissão, por desvio de verbas do Convênio para fins previstos em suas cláusulas.

Mascaro defenderia que vozes se levantavam por interesses nos recursos públicos, tendo em vista as eleições que se aproximavam. O debate dos problemas escolares começava a render interesse nas bases eleitorais. Assim, as construções escolares seriam fontes de prestígio e poderiam carrear votos aos postulantes a cargos de vereador e prefeito.

Com o desgaste público da Comissão, devido a acusações na imprensa e no legislativo, seria enfraquecida a continuidade do Convênio. Carlos Correa Mascaro, sairia em defesa da probidade do engenheiro Amadei, responsável pelo projeto.

A crise resultaria na não efetivação do Terceiro Convênio, previsto para 1952, e geraria divergências entre os poderes e disputas no legislativo e no espaço da imprensa. O autor resumiria o momento:

⁴ O jornal *O Estado de S. Paulo* apresentaria documentos, notas e informações sobre o Convênio Escolar nas edições de 21 de fevereiro de 1952, 27 de março de 1952, 7 de agosto de 1952, 6 de março de 1952, 8 de março de 1953, 14 de fevereiro de 1954, 03 de setembro de 1954, 18 de agosto de 1954, 19 de agosto de 1954, 29 de agosto de 1954, 31 de agosto de 1954, 9 de janeiro de 1955 e 17 de fevereiro de 1955. Por delimitação do artigo, não trataremos do tema do Convênio Escolar, mas da proposta de municipalização do ensino.

As posições se definem com a formação de três grupos: o dos favoráveis à municipalização progressiva do ensino primário como estava sendo proposta, o partidário da manutenção dos termos do segundo convênio, pelo menos até que se regularizasse em definitivo o “déficit” de prédios, e o que pretendia não se firmasse qualquer acordo entre o Estado e o Município, ficando, este, livre para agir por conta própria. É o que se depende da documentação coligida. (MASCARO, 1960, p. 103).

Porém, para Mascaro (1960), o principal entrave seria a eleição direta para prefeito, cessando o regime de nomeação então vigente. Assim, o entrosamento entre Estado e Prefeitura seria interrompido ao longo da década. Na administração do novo prefeito - Jânio Quadros -, em 1953, surgiriam as primeiras divergências e desacordos entre as partes. A autonomia local resultaria em interesses da municipalidade até então não predominantes:

As autoridades municipais vinham assistindo ao crescimento de suas rendas, de exercício para exercício. As quotas para ensino, cada vez mais vultosas, tornaram-se um excitante para as tendências autonomistas de muitos legisladores e administradores municipais. O vulto dos recursos, já havia dado margem a certos desvios lamentáveis e daria ainda a outros, no incentivo à preferência por construções não escolares, como Parques Infantis, Bibliotecas, Teatros, Planetário, Recantos Infantis, Conchas Acústicas e Piscinas Públicas, algumas obras dispendiosas, e, outras, mal localizadas, o que determinou o seu não aproveitamento, como é o caso das conchas acústicas e inúmeros recantos; ou a não conclusão, como é o caso da piscina pública da Mooca. Com tornar-se município rico, com renda superior à de grande número de Estados da Federação, São Paulo nesse argumento encontrava justificativa para afirmar a capacidade de seu governo enfrentar e resolver por conta própria, os problemas de ensino em seu território, realizando obra mais aperfeiçoada que a do Estado. Ademais, diziam, impunha-se descentralizar a administração do ensino, municipalizando-a. (MASCARO, 1960, p. 105).

Em janeiro de 1955, Jânio Quadros seria eleito governador do Estado, abdicando do cargo de prefeito. Para o município, outro prefeito seria sagrado nas urnas em abril do mesmo ano – Juvenal Lino de Matos (PSP). As alterações não viriam a mudar a situação, pelo contrário:

Se as relações entre o Governador cujo mandato findara a 31 de janeiro e o Prefeito eleito a 22 de março de 1953 não passavam de protocolarmente corteses, as do novo governador com o novo prefeito não lograram alcançar nem esse nível, por motivos que fogem ao nosso objetivo esclarecer. Por isso, não progredem os entendimentos na área fixada pelo Convênio ainda não ratificado pela Câmara de Vereadores. E em razão do trato menos amistoso

entre as duas autoridades, protela-se na Câmara a solução do problema e passa o Prefeito a inculpar o Estado pelo mau estado de conservação dos prédios já entregues pela Prefeitura para a instalação de grupos escolares. A semente da cizânia, assim lançada, encontra terreno preparado e conduz aos resultados desejados pelos que não admitiam mais possibilidade de acordo entre o Estado e o Município, não sem um período de marchas e contra-marchas habilmente aproveitado pelas autoridades municipais, empenhadas em tirar todo o proveito possível das mazelas do sistema estadual de escolas no município da Capital. (MASCARO, 1960, p. 108-109).

Mascaro constrói, então, uma narrativa que colocaria o novo poder municipal constituído, primeiro com Jânio Quadros e, no novo momento com Lino de Mattos à frente da Prefeitura, como forças emergentes que, oportunamente tentariam desestabilizar um acordo exitoso antes constituído com o Convênio Escolar. Seria o mesmo discurso que o jornalismo do *O Estado de S. Paulo* usaria em suas notícias e opiniões sobre o fato ao longo da década. Para o autor, os interesses político-partidários prevaleciam aos interesses do ensino, que sofreria com o comportamento nocivo dos homens públicos na superação abrupta da dependência municipal do executivo estadual e a tendência de autoafirmação dos políticos e legislativo vendo a vitrine educacional como chamariz ao povo.

O autor explicaria então que, a partir de 1954, os acontecimentos estavam demonstrando que não tardaria a criação do ensino primário municipal, devido à rejeição do Convênio Escolar e o amadurecimento da ideia descentralizadora, diante do previsto na Constituição Federal, em seu Artigo 169⁵. Com a nova conjuntura política em 1955, o prefeito Lino de Mattos promulgaria a Lei nº 4850, dispondo a aplicação de verbas municipais para o ensino, passando então, após o período eleitoral, um momento de conflito político que se apresentaria na opinião pública, presididos por clientelas eleitorais em decorrência dos aplausos que poderiam suscitar dos grupos partidários, e onde seriam deixados de lado os servidores públicos da Comissão, comprometidos com a situação educacional (MASCARO, 1960).

⁵ Artigo 169, da Constituição Federal de 1946, afirmaria que anualmente, a União aplicaria nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O desentendimento no grupo escolar Júlio Pestana, no bairro do Jaçanã, seria o estopim para a criação do primeiro grupo escolar municipal na capital, localizado no distrito do Tucuruvi⁶. Ao mesmo tempo, o prefeito usaria a tribuna da imprensa para anunciar que o município criaria escolas nos bairros que se fizessem necessárias, garantindo matrícula de todas as crianças que precisassem.

No mesmo período, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura lançaria um plano de difusão do ensino, organizado pelo secretário João Accioli, mas o projeto não teria efetivação, pois o prefeito renunciaria ao cargo, e o titular, também um quadro do PSP, deixaria a pasta⁷. O plano, porém, iria servir como referência para o decreto que criaria o ensino primário municipal. Em março de 1956, com a renúncia de Lino de Mattos do cargo de prefeito, retornando ao seu cargo de senador, ascenderia ao posto o substituto legal, o vice-prefeito, Wladimir Toledo Piza. O político passaria a seguir a mesma orientação de seu antecessor no tocante ao conflito com o Estado em torno do ensino na Capital. Como explica Mascaro (1960, p. 122):

Por essa ocasião, havia quase uma dezena de novos edifícios em fase de acabamento, e que se destinavam a grupos escolares do Estado, em substituição a velhos galpões. Pois devido à tensão reinante, a nenhum entendimento foi possível retornar para execução do plano anteriormente traçado nas linhas de colaboração do Convênio.

Mascaro, crítico ao caminho de criação de escolas primárias e declínio do convênio, reprovava a atuação da imprensa pelos levantamentos demográficos imprecisos em seus noticiários sobre a falta de vagas na educação, criando a alarma que beneficiaria a atuação da prefeitura na criação de escolas:

Ante a grita popular, e a celeuma da imprensa, a saída encontrada é a do aluguel de salas, a da aceitação das ofertas de instalações particulares, e do levantamento de galpões, a da criação de classes de emergência. Mas embora haja críticas generalizadas e as autoridades responsáveis lamentem, o recurso fácil para qual o Estado apela é o da instituição de um quarto período em maior número de grupos escolares na Capital, medida que o Secretário da Educação reconhece como um mal, mas o considera menor que o da superlotação das classes ou a recusa da admissão

⁶ Atual EMEF João Ramos Pernambuco Abolicionista. Sobre a história da criação da primeira escola municipal da cidade de São Paulo, ver Romero (2016).

⁷ Sobre a atuação do secretário na pasta ver Accioli (1957).

dos candidatos excedentes. Enquanto não houver edifícios suficientes, e a explicação, o governo julga de seu dever tratar da solução quantitativa, matriculando de qualquer modo quantos alunos pudesse, esquecendo-se do seu dever de criar e fazer funcionarem, na Capital, boas escolas. (MASCARO, 1960, p. 123).

O autor afirmaria também ser raro “[...] o dia que a imprensa não aborde a questão e não incentive a mistura de problemas do ensino com disputas de caráter nitidamente político-partidário.” (MASCARO, 1960, p. 123). Por fim, o ponto essencial no surgimento do Ensino Municipal em larga escala seria a indicação de Henrique Richetti⁸ para o cargo de secretário:

Municipalizar o ensino primário seria a solução. É nomeado Secretário da Educação e Cultura do Município um professor primário, ex-deputado estadual e delegado de ensino aposentado, com toda sua carreira feita no ensino estadual e que se tornara municipalista ardoroso. Para melhor justificar o acerto da nova diretriz lembravam os seus preconizadores e defensores as vinculações dessa resolução com a de comum acordo aceita e constante do texto proposto na primeira redação do último convênio, no bojo da qual havia, em germe, o ensino primário municipal. Além disso, as possibilidades de êxito do empreendimento eram agora maiores, eis que já se haviam manifestado reiteradamente favoráveis à municipalização do ensino o sr. Ministro da Educação e Cultura, Prof. Clovis Salgado e o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos o Prof Anísio Teixeira. A partir dessa época, os acontecimentos se sucedem com tal rapidez que seria impossível contê-los ou desviá-los dos rumos pré-traçados. Agora é só ir recolhendo, aqui e ali, nas páginas dos jornal oficial, como no noticiário da imprensa, a documentação dos fatos que, na sua sucessão, resultaram na criação do ensino municipal da cidade de São Paulo. (MASCARO, 1960, p. 124).

Sobre o novo titular da pasta da educação, a *Revista Magistério*, dirigida por Máximo de Moura Santos, dedicaria uma edição para homenageá-lo com um texto sob o título “O Professor e sua obra. Grandes Vultos da Educação”. Assim apresentaria o político:

Ocupou-se na carreira do magistério todos os cargos, desde o primeiro ao último, o de Delegado do Ensino. Não ressaltaremos que foi sempre trabalhador e amigo da classe, porque tais são, a

⁸ Segundo Romero (2015, p. 6), Henrique Ricchetti era formado pela Escola Normal de São Paulo, fora anteriormente diretor do Grupo Escolar de Lençóis Paulista, cidade vizinha a Bauru. Em meados da década de 1930 tornou-se autor de livros didáticos infantis para a Companhia Editora Nacional. Posteriormente, Henrique Ricchetti assumiu o cargo de Delegado de Ensino na capital, de Deputado Estadual pelo Partido Social Progressista e, em meados da década de 1950, sob o governo de Adhemar de Barros, foi designado Secretário da Educação e Cultura do Estado de São Paulo.

nosso ver, os requisitos naturais de todos os que ocupam cargos no magistério.

Na sua vida acidentada, foi constituinte e depois deputado estadual. E nessa ocasião revelou-se um grande educador, e desarmou até seus possíveis desafetos, pois sem deixar sua natural modéstia, elevou muito alto o nome do magistério paulista.

Honrou e fez respeitado o diploma de professor.

Trabalhador infatigável, foi dos parlamentares mais brilhantes e, sem o menor favor, orador dos mais eloquentes daquela legislatura, em que abundavam valores reais de todos os setores de São Paulo. Sem perceber tornou-se o líder indiscutível da Assembléia em questões de Educação, a ponto de, com facilidade, levar seus pares de todos os partidos à rejeição de um veto do então Governador, aliás, chefe do partido em que militava o Prof. Richetti. (O PROFESSOR..., 1958, p. 15).

Em seguida, o periódico apresentaria os projetos de lei que o deputado proporcionou na Assembleia Legislativa. Segundo a revista, “[...] seria preciso um volume para analisar as leis do Prof. Richetti e suas lutas diárias pela classe.” (O PROFESSOR ..., 1958, p. 17). Já no período à frente do cargo na Prefeitura de São Paulo:

Depois, como Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura, por escolha feliz do então Prefeito Wladimir Pizza, criou rapidamente o ensino municipal da Capital, com a nomeação de mil e quinhentos professores de salários elevados, tudo feito sem olhar a credos políticos, a cor ou raça dos nomeados.

Sua obra no futuro será consignada como o maior feito de coragem, em São Paulo, pela educação popular, depois da reforma de Cesário Mota.

O Prof. Richetti tem seu nome garantido desde já, na relação dos grandes educadores de São Paulo, ao lado de Gabriel Prestes, Caetano de Campos, Oscar Thompson, Sud Menucci e muitos outros. (O PROFESSOR ..., 1958, p. 16).

O legado do secretário à frente da gestão de Piza, evidenciado pela Revista, não teria a mesma projeção no jornal *O Estado de S. Paulo*, colocando o político sempre como um ex-funcionário público aposentado e legislador vinculado à política populista.

Os jornais divulgariam, com grande alarde, o esboço de decreto submetido ao Prefeito de registro e apresentação da instituição do sistema escolar municipal. Mascaro (1960, p. 128) dividiu a imprensa paulistana em dois grupos, aqueles entusiastas dos fatos e outra mais crítica ao surgimento do ensino municipal:

A posição adotada pelas autoridades municipais surpreende e movimentou grande número de interessados e o assunto se torna tema obrigatório na imprensa, dividindo desde logo as opiniões dos que sobre eles passam a se manifestar. O Correio Paulistano, Diário de São Paulo e Gazeta, tecem comentários encomiásticos, enquanto que as “Folhas” da Manhã e da Noite e “O Estado de São Paulo” criticam viva e vigorosamente a iniciativa municipal.

A crise entre os poderes faria que os jornais da capital atuassem de forma distinta dentro das circunstâncias e do posicionamento que teriam no tema. O jornal *O Estado de S. Paulo*, crítico do caminho municipalista, terá em sua cobertura, a partir de então, um posicionamento de apoio ao governo do Estado, na figura de seu secretário de educação, Vicente de Paula Lima (UDN)⁹.

A mesma imprensa, descontente com os acontecimentos, não deixaria de explorar a forma como foi idealizada a municipalização e os problemas detectados na cidade, como retirada de alunos das escolas estaduais, concorrência entre os dois sistemas, instalação de escolas em condições insalubres e não convenientes do ponto de vista higiênico e pedagógico além dos contratos improvisados com professores, muitos sem diploma e desempregados, e outros tantos que acumulariam cargo no sistema estadual. Os problemas seriam apresentados pelos opositores do regime instalado pela Prefeitura, já no fim de 1956.

Com a nova eleição municipal e a vitória de Adhemar de Barros (PSP)¹⁰, que defenderia vagamente a manutenção do ensino administrado pela prefeitura, contra Prestes Maia (UDN), que defendia a extinção do ensino municipal e a volta dos convênios, começaria uma gestão, segundo Mascaro, “de geral confusão”, devido às ações dúbias na pasta de educação.

Seu secretário, Gofredo da Silva Teles, tomaria a providência de ordenar o levantamento do ensino primário na capital e encetar entendimentos com o Estado para a restauração do convênio escolar, atuando ao mesmo tempo na manutenção do ensino municipal e retorno do convênio. Então, o ano de 1957 seria marcado pelo enfrentamento e conflitos dentro da Comissão estabelecida.

⁹ União Democrática Nacional.

¹⁰ Partido Social Democrático

Por fim, 1958, o último ano, da obra de análise de Carlos Correa Mascaro, seria marcado por sua atuação à frente do cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação, no qual afirmaria que se reiniciariam os contatos, revisões e antigos entendimentos junto à Prefeitura.

O autor apresentaria, então, um tom apaziguador em relação à concorrência dos dois sistemas, alertando uma atuação de contenção do conflito na opinião pública enquanto não se firmasse o novo convênio, esperado pelo poder estadual.

O livro terminaria o panorama histórico no final da gestão de Vicente de Paula Lima a frente da Secretaria Estadual, casado com a finalização da participação de Mascaro no cargo. O autor não apresentaria, dessa forma, outros fatos que levariam a radicalização da atuação de Adhemar na Prefeitura, oficializando o ensino municipal e, também, a expansão do sistema do ensino até o final da década.

Porém, a análise do autor, que pretendia ser técnica sobre a organização e planejamento do sistema de ensino, caminhará para uma análise política, de rejeição ao sistema municipal por ser constituído por figuras pouco comprometidas com a causa pública. Leitura similar à realizada pelo *O Estado de S. Paulo*, na década de 1950. O autor, atuante também nas comissões de convênio e na gestão de Jânio Quadros, era sujeito dos fatos narrados, tendo sua abordagem crítica ao ensino municipal enviesada dentro da lógica de manutenção do ensino estadual como único e, em alguns momentos, supervalorização da atuação da Comissão e dos resultados do convênio escolar.

A obra do autor é, até hoje, importante fonte para os pesquisadores que analisam o surgimento do ensino municipal. Mascaro dedicou suas pesquisas à compreensão do custeio da administração escolar pelo poder público, mas, sua compreensão do fato, levou a tomar posição de crítica à municipalização. Carlos Correa Mascaro afirmaria não ser contrário à proposta de descentralização do ensino, mas não confiaria nos homens públicos que estavam defendendo a política. O mesmo autor, na década de 1970, se renderia ao sucesso do ensino municipal paulistano e defenderia que o formato

paulistano fosse referência para outras cidades.

Em audiência proferida na Câmara Municipal de São Paulo dentro da Semana de Estudos sobre Implantação do Ensino de 1º e 2º graus na Área Metropolitana de São Paulo, Mascaro defenderia a tese de expansão do sistema municipal, tendo a capital como ponto central para as demais cidades. Assim, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicaria o pensamento do autor, na edição do dia 21 de outubro de 1971:

Mas, a tarefa da municipalização do ensino exige - disse o conferencista - um reexame da própria organização municipal brasileira, "que é uma das preocupações do atual governo". Mesmo assim, o professor Mascaro acredita que é possível tentar em São Paulo um ensaio de municipalização do ensino "a partir da municipalização integral do ensino de primeiro grau". Em sua opinião, o município de São Paulo "tem condições financeira e técnica para administrar um sistema de ensino de dimensões reclamadas por uma grande metrópole". (PEDIDA ..., 1971, p. 11).

Além do autor, outras vozes são fundamentais para compreender a história do ensino municipal paulistano. Apresentamos também a análise de Almeida Ferreira de Almeida Júnior, outro intelectual que analisou o tema em seus escritos e apresentaremos depoimentos e memórias de personagens envolvidos no fato apresentado.

2 ALMEIDA JÚNIOR EM DEFESA DO ENSINO PRIMÁRIO ESTADUAL

Na obra, publicada em 1959, "E a Escola Primária?", o professor catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito, do Largo do São Francisco, Antonio Ferreira de Almeida Júnior (1959, p. XII), tece observações sobre o estágio da educação primária, que pouco produzia como instrumento de instrução:

É a corrida para os ginásios, colégios e escolas normais. É a corrida para as faculdades, da qual ultimamente até mesmo os Municípios estão querendo participar. [...] Vem daí os grupos escolares de três ou quatro períodos, as casas de ensino perigosas à saúde, as que pelo seu aspecto afugentam, em vez de atrair as crianças. Vêm daí, igualmente, as soluções de emergência como aluguel de prédios inadequados e a construção dos famosos galpões de emergência, que em nada contribuem para acreditar a administração escolar

brasileira.

O autor questionaria retoricamente sobre as crianças de famílias humildes, de bairros pobres ou moradores do campo, se seriam continuamente esquecidas pelo poder público. Esta parcela da população não teria condições para se organizar e exigir o ensino que deveria ser de direito das mesmas:

Ela – a criança – não protesta porque não sabe que está perdendo, irremediavelmente, a oportunidade de educar-se. Seus pais tampouco, por igual motivo – a ignorância. Tratando-se do estômago, estes pais sentem vivamente a necessidade do salário mínimo; mas, nos domínios do espírito, ignoram o valor da instrução. E contra o grupo escolar, tresdobrado não protesta nem mesmo o prócer da localidade, para o qual, havendo diploma no fim do curso, está tudo muito bem. (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 5).

Fazendo um paralelo com a também recente obra de Anísio Teixeira, “Educação não é privilégio”, afirmaria que o ensino não deveria ser uma regalia, mas estava sendo. Almeida Júnior (1959), afirmaria que era criticado por seus pares por ser contrário ao privilégio das oportunidades no contraste entre o luxo e o conforto das novas universidades brasileiras, e a miséria do ensino primário no país.

Não; não sou demagogo, mesmo porque não procuro, sequer, o aplauso popular. Sou, isto sim, dentro do ensino universitário, um “quinta-coluna” dos interesses da educação primária, cuja importância sempre me pareceu primordial para a comunidade, tanto quanto o é, de modo espacial, para o êxito do ensino médio e superior. [...] O essencial já se sabe o que é. É uma rede escolar primária densa, penetrante, eficiente; uma escola primária servida por professores de excelente formação cultural e técnica, e por uma equipe de diretores e inspetores que conheçam realmente o seu ofício e gostem dele. Sobretudo, uma escola primária que, não podendo desde logo ocupar o dia inteiro da criança, deixe ao menos de ser tresdobrada. Porque, como venho repetindo, *ou São Paulo mata o tresdobramento, ou o tresdobramento mata a educação paulista*. (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 7, grifo do autor).

Assim, a educação primária era considerada “A gata borralheira do ensino”, com soluções falazes apresentadas nas políticas públicas do período e colocadas em ordem cronológica pelo autor:

1º) a supressão do quinto ano; 2º) o desdobramento; 3º) a redução do curso primário a dois anos (vigente, por sorte, durante um quadriênio apenas); 4º) a oficialização do magistério leigo; 5º) a facilitação dos cursos normais; 6º) o desdobramento; 7º) o regime de quatro turnos; 8º) a construção de galpões escolares. Não discuto as intenções, que devem ter sido as melhores; nem

nego o pronto alívio que esses comprimidos de aspirina trouxeram à dor de cabeça dos governos. O mal, entretanto, foi que esconderam a doença, deixaram que ela se agravasse e, por outro lado, anestesiaram ainda mais, na população, a sua reduzida sensibilidade aos problemas reais da educação primária. (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 77).

A obra apresenta também resposta do autor a um questionário sobre a municipalização do ensino, formulado em 1956 por Jayme Abreu, do Centro Brasileiro de Pesquisas de Educacionais. Crítico da proposta, afirmaria:

O “municipalismo” constitui neste momento um “slogan” de alta sonoridade política, em cujo conceito, aliás mal definido, se inclui a entrega do ensino primário ao município. Acaso será a educação do futuro cidadão, como é o serviço de calçamento das ruas e o de águas e esgotos, assunto “do peculiar interesse” do município? Ou existem indícios (aliás contra o testemunho de todo o nosso passado), de que a administração municipal, em matéria de educação primária, é mais eficiente que a do Estado? Cumpre lembrar, todavia, que, pelos termos expressos da Constituição, é ao Estado, na federação brasileira, que cabe organizar o respectivo sistema de ensino. (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 120).

Para Almeida Júnior (1959), na maioria dos municípios os crentes na “religião do ensino” formariam número insignificante, sem forças para desfazer a inércia do meio, sendo assim uma temeridade entregar-lhes a vida democrática das novas gerações. A imaturidade cultural do meio inviabilizaria a proposta, enviesada de um localismo exagerado acrescido de cabide de cargos no aparelhamento do Estado:

No Brasil é fraca por enquanto aquela força propulsora – a “fé na educação” – que na esfera dos Municípios só existe em doses homeopáticas. Tanto que, na maioria das vezes, os líderes municipais (inclusive nas Capitais) veem no ensino público, menos uma forma de educar o povo, do que um pretexto para multiplicar empregos. Diante disso, creio ser temeridade entregar ao Município a tarefa de organizar e administrar um serviço que, interessando às futuras gerações do país, tem caráter verdadeiramente nacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 128).

No caso específico do o ensino primário da capital paulista o problema maior seria a falta de prédios, tornando a cidade mais rica do país precária em serviço elementar de atendimento educacional:

Ninguém pode negar o impressionante contraste que há entre a grandeza material da Metrópole bandeirante, e a pobreza do seu ensino elementar. A Capital se hipertrofia – fiel ao esquisito destino de ser “a cidade que mais cresce no mundo”. Multiplicam-se, nos

bairros periféricos, as chaminés das fábricas; no centro urbano, os arranha-céus sobrem às nuvens; alinham-se moradias cada vez mais vistosas ao longo das avenidas e alamedas residenciais. E a escola primária? Essa – definha sem parar, rolando por aí abaixo. Permanecem em uso, para ela, prédios imprestáveis ou perigosos, que as repartições de saúde interditarão; constroem-se galpões previamente promovidos à dignidade de salas de aula; desdobram-se, tresdobram-se, dobram-se em quatro os grupos escolares; suprime-se o recreio; comprime-se o programa; sacrificam-se órgãos auxiliares; converte-se o instituto em simples arremedo de casa de educação. De um lado – exuberância, ostentação e prodigalidade. De outro- miséria e caquexia. Há de haver em tudo isso, por certo, alguma coisa errada. (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 129).

O autor alegaria que o declínio do acordo firmado no convênio escolar se daria pelo pouco proveito que o município faria nesse trato, não rendendo frutos eleitorais a entrega de prédios ao poder estadual.

Para aumento do prestígio, o que interessa é ter à disposição cargos a preencher... Daí a ideia de modificar o Convênio. Os políticos municipais propuseram; os estaduais concordaram; a “municipalização” certamente se efetivaria, não fora o movimento em sentido contrário, que então se deflagrou. (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 130).

E assim apresentaria sua opinião sobre a municipalização:

Acresce que no Brasil a experiência tem demonstrado que, se com o Estado o ensino primário vai mal, com os Municípios vai ainda pior. Os sistemas escolares municipais, em nosso país, rendem muito menos que os estaduais, do ponto de vista educacional; e, deixando-se mais facilmente contaminar pelo vírus educacional; e, deixando-se mais facilmente contaminar pelo vírus do partidarismo político, do nepotismo e até da corrupção, transformam-se rapidamente em máquinas distribuidoras de sinecuras. Será negócio correr esse risco? Estou igualmente convencido de que a verba do Município da Capital corresponde ao ensino, mesmo que seja gasta inteira na educação primária, não bastará para custear integralmente a rede escolar desse grau. O resultado será que ficaremos com um sistema dual, entregue em parte ao Estado, em parte ao Município, com todos os inconvenientes que os administradores do ensino bem conhecem. (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 131).

Analisando os fatos quatro anos depois de grande parte dos escritos contidos na obra, o autor conclui seu parecer dos ocorridos:

O convênio se manteve, em 1952. Quatro anos se passaram; aproximou-se a época das eleições. Aí, não houve remédio; o Município criou, intempestivamente, o seu sistema escolar primário. Sobrevieram crises, dificuldades, conflitos e recriminações entre a administração estadual e municipal. A luta prossegue, e, de minha parte, não mais percebo no horizonte a esperança de que a educação primária da Capital possa alcançar, um dia, o nível de progresso material da cidade. (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 133).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois autores, Almeida Júnior e Carlos Correa Mascaro seriam as duas principais vozes de referência no jornal *O Estado de S. Paulo* no tema da municipalização, havendo um alinhamento do pensamento dos autores com a elaboração dos editoriais e tratamento das notícias do discurso construído pelo OESP sobre expansão do ensino primário e surgimento do sistema municipal de educação.

Em suas obras, citadas no artigo, criticam a medida de criação de nova modalidade de ensino, por serem oposicionistas aos mentores da política pública e de seus partidos – PTB e PSP¹¹ – considerados pela elite paulistana como organizações políticas populistas e demagógicas. As análises ditas técnicas de importantes autores, teve uso político de oposição aos personagens políticos que consolidaram a criação de escolas.

O fato é que a criação do ensino primário municipal possibilitou a ampliação da oferta de ensino, mesmo que de forma improvisada e com pouca estrutura. Porém, muitas escolas seriam, dessa forma, criadas nas emergentes periferias da cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivanir Neves. **Convênio escolar: utopia construída**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ACCIOLI, João. **Na Secretaria de Educação e Cultura (10 meses de administração)**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1957.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio. **E a escola primária?** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

¹¹ Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Social Progressista.

CALDEIRA, Mário Henrique de Castro. **Arquitetura para educação: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934 – 1962)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MASCARO, Carlos Correa. **Município e ensino no Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, 1959a.

MASCARO, Carlos Correa. **Governo estadual orçamento e ensino**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Cadernos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1959b.

MASCARO, Carlos Corrêa. **Município de São Paulo e o ensino primário: ensaio de administração escolar**. 1960. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1960.

MELO, João de Deus Cardoso de. Municipalização do ensino primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 181, n. 48, out./dez. 1952.

MUSTAPHA, Samir Ahmad dos Santos. **“A voz do dono e o dono da voz”**: o jornal *O Estado de S. Paulo* e a criação do ensino primário municipal na capital paulistana (1956-1960). 2019. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

O PROFESSOR e sua obra. Grandes Vultos da Educação. **Revista Magistério**, São Paulo, 1958. p. 15.

PEDIDA maior ação municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 out. 1971. p. 11

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. **Escola municipal: a rede de ensino da capital paulista em revista (1968 – 1985)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. Origem da rede municipal de ensino de São Paulo. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA ANPUH*, 28., 2015, **Anais....** Florianópolis. Florianópolis: ANPUH, 2015.